

*SOB O SIGNO DO PERIGO
VERMELHO: A IMPRENSA CARIOCA
CONTRA A RETOMADA DA
INFLUÊNCIA DO PARTIDO
COMUNISTA NO MOVIMENTO
SINDICAL (1950-1954)*

Under the sign of the Red Danger: the carioca press against the return of the influence of the communist party in the union movement (1950-1954)

Artur Silva Lins

SOB O SIGNO DO PERIGO VERMELHO: A IMPRENSA CARIOCA CONTRA A
RETOMADA DA INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA NO MOVIMENTO
SINDICAL (1950-1954)

Artur Silva Lins¹

Resumo

Neste artigo, pretendo debater a conjuntura de retomada da influência do PCB no movimento sindical durante a primeira metade dos anos 1950 no Rio de Janeiro, depois que os comunistas passaram a atuar na clandestinidade a partir de 1947. Portanto, busca-se destacar, pela demonstração da disputa política empreendida no movimento sindical dos ferroviários e tecelões, as repercussões dos debates internos na militância e na direção do partido sobre os rumos que haveriam de ser tomados para legalizar o PCB e se inserir no movimento organizado de trabalhadores. No entanto, acrescenta-se, nesse processo, quais foram as adversidades enfrentadas para que os comunistas conquistassem esses objetivos, focando, neste âmbito da análise, a intervenção dos meios empresariais de comunicação.

Palavras-chave: “comunismo”; “movimento sindical”; “imprensa”.

Abstract

In this article, I discuss the conjuncture of the resumption of the Communist Party's influence on the trade union movement during the first half of the 1950's in Rio de Janeiro, after the communists went underground when the party's legality was revoked in 1947. Therefore, by the demonstrations from the political dispute undertaken in the railroad workers and the weavers' unionism, I highlight the internal debates that took place on the paths to be taken to reverse the annulment of the party's legality and regain its influence in the organized working class, adding, in the analysis of this process, what were the oppositions in society that fought against the strengthening of communists in the trade union movement, especially the intervention of the press.

Keywords: “communism”; “unionism”; “press”.

¹ Mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: arturslins@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0220626850024519>.

Introdução

Neste ano do centenário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), resgatar a história do velho Partidão, uma das principais referências da esquerda brasileira e internacional no século XX, é também revelar parte expressiva da história da própria formação e experiência da classe trabalhadora brasileira. Isto é, homens e mulheres, comunistas ou não, que depositaram confiança em militantes e dirigentes que tinham como norte a possibilidade da construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo. No entanto, por outro lado, aos olhos das classes proprietárias, da imprensa, das autoridades policiais e do meio político conservador, tais laços de confiança estabelecidos entre trabalhadores e o Partido Comunista eram um temor de que fosse possível uma guinada política, cultural e subjetiva favorável à ideia da revolução social. Portanto, com o presente artigo pretendo debater, a partir dos resultados de minha pesquisa de mestrado, uma visão mais localizada da atuação de militantes e apoiadores do PCB no interior do movimento sindical na primeira metade dos anos 1950 na cidade do Rio de Janeiro, período caracterizado pela reorganização sindical e pelas mobilizações de massas que ocorriam entre os trabalhadores, depois de anos de profunda repressão do governo Dutra (1946-1951), para enfrentar o congelamento salarial e reivindicar direitos elementares, como o livre exercício do ato de greve e a autonomia sindical. No bojo desse processo, dirigentes e militantes do PCB se inseriram no movimento sindical como alternativas às lideranças consideradas pelegas e/ou que compunham as intervenções impostas pelo Estado nos sindicatos. Sabendo manobrar entre a relativa tolerância e a perseguição governamental (marcada, sobretudo, pela cassação do partido e da expulsão de seus militantes das entidades sindicais pelo governo Dutra em 1947), os comunistas retomaram protagonismo no movimento organizado de trabalhadores, especialmente na liderança de greves de massas e na conquista de direções sindicais de categorias com forte

prestígio social e político no Rio de Janeiro e que, inclusive, foram os seus principais bastiões de influência até o golpe civil-militar de 1964.

No entanto, esse relativo fortalecimento não se deu sem maiores desafios. Os comunistas – e, por sorte, as próprias categorias em que se encontravam em setores da direção – sofreram as mais variadas formas de articulação da oposição conservadora e de direita para que fossem constantemente criminalizados. No caso em tela, o foco está na intervenção da imprensa empresarial carioca, ator social que constantemente pressionou as instituições, governos e a opinião pública para que houvesse nenhuma tolerância diante da atuação de sindicalistas, dirigentes e simples militantes de base do Partido Comunista. Embora não seja nenhum segredo aos historiadores o partidarismo anticomunista da imprensa empresarial, o que mais interessa neste artigo é pensar conceitualmente a imprensa enquanto uma força social ativa em sua inserção histórica, isto é, longe de se constituir como um agente passivo e restrito a noticiar e opinar sobre os fatos sociais (DARNTON, 1996, p. 15-16). Pelo contrário, pretende-se problematizar o grau de poder da imprensa diante da reorganização sindical carioca e avaliar, nesse sentido, em qual medida esta força social teve peso nos comportamentos dos próprios trabalhadores. Como ressaltam Heloísa de Faria Cruz e Maria Rosário da Cunha Peixoto, a prática jornalística é uma linguagem que constitui uma realidade social o que, em termos teóricos, também implica pensar no jornalismo enquanto uma forma de intervenção sobre a realidade social simultaneamente registrada, buscando mudá-la ou conservá-la. Portanto, na elaboração de notas, reportagens e editoriais se encontram, ao mesmo tempo, as posições, valores, perspectivas e os projetos político-editoriais da própria imprensa, suscitando um debate sobre as formas de pensar e agir que os jornais se esforçam para modelar e cristalizar na opinião pública (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259). Nesse sentido, como resalta metodologicamente Maria Emisia Jacinto Barbosa, não apenas se aponta uma história dos veículos de comunicação, mas a consideração de pensar a ação da imprensa como uma forma de intervenção na realidade social posicionada num quadro

histórico de experiências distintas e desiguais que se “confrontam em meio a interesses antagônicos”, suscitando no pesquisador uma reflexão e investigação acerca do confronto entre o que foi narrado pelos veículos de comunicação e o que foi vivido pelos protagonistas e envolvidos nos fatos registrados. Dessa maneira, encontram-se as possibilidades de analisar como essas experiências concretas foram apropriadas por diferentes meios e formas (BARBOSA, 2006, p. 267-268). Portanto, a partir de um cruzamento de fontes entre diversos periódicos empresariais e, especialmente, com o jornal comunista *Imprensa Popular*, pretende-se, por um lado, estimular no debate historiográfico a integração da imprensa ao campo da história social, sobretudo a relacionada à História Social do Trabalho. A meu ver, em diversas pesquisas e trabalhos da área os jornais são largamente usados como fontes primárias sem que sejam problematizados com algum nível maior de profundidade, sobretudo em torno do papel ativo de sua intervenção e dos seus efeitos na sociedade. Por outro lado, através desta metodologia, busca-se avaliar e problematizar as articulações, efeitos e limites da atuação jornalística empresarial acerca de seus objetivos em afastar do movimento organizado de trabalhadores a retomada de influência do Partido Comunista.

Comunistas, Estado e sindicatos nos anos 1950

De um modo geral, na história republicana brasileira, a relação dos comunistas com os grupos econômicos e políticos dominantes foi marcada pela constante perseguição, o que proporcionou entre os militantes e dirigentes do PCB ter que conviver e elaborar políticas num clima de constante clandestinidade e banimento. Porém, isso dificilmente derrubou por completo as reações dos militantes em reerguer o partido e, por tabela, o próprio movimento organizado de trabalhadores. Nesse sentido, apesar da fundação em 1922 e da relativa força que tiveram em importantes sindicatos em centros urbanos nos anos 1930, foi a partir de 1945, no período de redemocratização depois da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e durante o fim da Segunda

Guerra Mundial, que de forma impressionante o PCB cresceu em níveis nacionais, se tornando, em termos inéditos, uma organização muito capilarizada na sociedade brasileira. Não foi à toa que a partir desta época os simpatizantes do comunismo lhe chamavam carinhosamente de “Partidão”.

Porém, esse período de fortalecimento e legalidade não durou muito. Depois da derrota do nazifascismo, os EUA e o bloco capitalista ocidental (re)selecionaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como o novo inimigo a ser combatido, assim como as revoluções sociais. Iniciava-se, portanto, a Guerra Fria, em que a cultura anticomunista e a linha política de criminalização do comunismo foram rapidamente aplicadas no Brasil pelo governo Dutra. Embora a política nacional do PCB fosse de colaboracionismo com as patronais e de contenção das mobilizações e greves, temendo que a transição democrática pactuada com as elites fosse interrompida por ameaças golpistas, as contradições inerentes à própria razão de ser do partido o levaram a sofrer um baque histórico na trajetória de sua construção social e organizativa. Por dirigirem greves (à muito custo) e organizar o movimento sindical para um sentido mais democratizante (pois, a estrutura sindical na época era parte da própria máquina do Estado), mas sempre deixando claro que estavam atuando como um “partido da ordem”, os comunistas foram acusados pelo empresariado, imprensa, quase todo o meio político e pelo próprio presidente Dutra como “organização estrangeira” sustentáculo de Moscou para desestabilizar o Brasil. Com este argumento, em 1947, o governo Dutra desarticulou o movimento sindical intervindo em mais de 400 sindicatos em todo o país, cerceando, sobretudo, as entidades influenciadas por importantes dirigentes do PCB (e também, a toque de caixa, caçar outros que nem se associaram ao partido, mas que por ter participado de greves ou em ter firmado alianças com os comunistas foram acusados como tal). Por outro lado, o Poder Judiciário, através do Tribunal Superior Eleitoral, também se articulou para condenar os comunistas depois de terem aprovado a constitucionalidade da cassação político-partidária solicitada pelos poderes executivo e legislativo, legitimando, portanto, a acusação de que o PCB se trataria de organização estrangeira a serviço de

interesses contrários aos nacionais e ao bloco ocidental capitalista contra a URSS (SANTANA, 2001, p. 56). Num curto espaço de tempo, os comunistas perderam suas expressivas bancadas no Congresso e nas Câmaras de Vereadores de importantes centros urbanos do país. Sua importante estrutura jornalística e editorial também foi suprimida pelo Estado (apesar do lançamento da *Imprensa Popular* no ano seguinte). Por sua vez, nos espaços sindicais, a exigência dos atestados de ideologia, documento fornecido pela Polícia Política necessário para a posse de qualquer pessoa no serviço público por atestar nenhum antecedente de acusação por associação ou simpatia pelo comunismo, jogou os militantes e dirigentes do PCB para uma atuação restrita ao interior das fábricas e dos demais locais de trabalho, perdendo, além da representatividade parlamentar, também uma maior capacidade de intervenção estratégica no movimento organizado de trabalhadores.

Diante de tal cenário adverso, a partir de 1948, a cúpula do partido adotou a chamada linha “esquerdizante”, em que orientava os comunistas a se disporem de forma mais positiva à deflagração de greves e a construir organizações sindicais paralelas às estruturas do corporativismo estatal. No entanto, as tensões e dissensos entre direção e bases militantes foram uma tônica na trajetória do PCB na primeira metade dos anos 1950. Essas divisões se expressaram, fundamentalmente, através da disputa interna para a definição do caminho a seguir para reinserir o partido no movimento sindical depois das intervenções do governo Dutra. Nessa discussão, havia fortes resistências de alas do partido à linha “esquerdizante” da cúpula. No ativismo sindical, dirigentes e militantes resistiam a essa linha por considerá-la isolacionista e, portanto, colocaram em prática uma política de unidade com as demais forças e organizações autoproclamadas nacionalistas e trabalhistas enquanto, no âmbito da militância cotidiana, privilegiou-se o estímulo às organizações nos locais de trabalho, a exemplo da formação de comitês de greve e de comissões de salários, para que o partido pudesse ter espaços mínimos de atuação dentro dos sindicatos oficiais (Idem, p. 30). Complementando essas diretivas centrais, e

no aspecto das alianças, diversos militantes do PCB, diante de uma realidade em que eram minoria em determinadas entidades sindicais, acertaram compromissos de gestão ao lado de lideranças independentes e representativas de uma maior combatividade e crítica ao peleguismo enraizado no sindicalismo brasileiro.

E, em alguma medida, os comunistas lograram êxitos nessas diretivas. Entre os marceneiros, a greve de advertência que paralisou a indústria moveleira em janeiro de 1952 marcou a importância dos comunistas no conjunto da coordenação de piquetes, isto é, da presença dos comunistas na articulação de comissões organizadas por local de trabalho. Tal atuação permitiu o PCB influenciar o comitê de greve, órgão que foi organizado para pressionar os patrões à revelia do colaboracionismo patronal dos interventores do sindicato. Politicamente, a inserção dos comunistas em setores de direção da greve e nos locais de trabalho da indústria moveleira, proporcionou uma correlação de forças favorável ao PCB na sua reinserção nos espaços sindicais da categoria. Nesse sentido, conhecidos dirigentes sindicais e parlamentares do partido, como os srs. Roberto Morena (deputado federal) e Antenor Marques (vereador), foram repetidamente eleitos nos pleitos que foram organizados para abolir a intervenção na entidade, embora até junho de 1953 o governo Vargas também estivesse – assim como o de Dutra – barrando a posse dos enquadrados no atestado de ideologia e, portanto, do grupo inteiro que fora eleito pelos trabalhadores, já que os comunistas estavam em aliança com setores mais moderados e independentes de oposição à intervenção (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/6/1953, p. 11).

Por outro lado, militantes comunistas também se inseriram tentando assumir protagonismo em importantes greves da classe trabalhadora e em categorias onde, embora minoritários, havia a possibilidade, na percepção do PCB, de disputa das direções e de crescimento político-partidário. Em meados de 1953, os comunistas já ocupavam cargos sindicais em diretorias renovadas, como a do importante sindicato dos operários navais, uma das categorias profissionais de vanguarda em processos de mobilização e greves no período e um dos setores mais populosos da complexa e

estratificada categoria dos marítimos. A chapa liderada pelo independente Irineu de José Souza, também um dos principais dirigentes do comando geral de greve nas paralisações nacionais dos marítimos em 1953, tinha o apoio público do PCB e havia sido vitoriosa antes mesmo da deflagração das greves (IMPrensa POPULAR, 25/3/1953, p. 6; ÚLTIMA HORA, 30/6/1953, p. 1). Entre os oficiais de náutica, outro importante setor estratégico da categoria marítima por ser o responsável pelo comando das viagens dos navios da Marinha Mercante, os principais líderes grevistas e sindicais da categoria, naquela conjuntura, defendiam a legalidade do PCB (IMPrensa POPULAR, 4/5/1954, p. 6). Em situação e conduta semelhantes, onde eram minoria, a inserção de militantes do PCB durante a greve geral de 28.000 sapateiras e sapateiros, deflagrada em setembro de 1952, proporcionou ao partido que estabelecesse alianças com lideranças que emergiram para a vida sindical da categoria justamente depois da greve. Este foi o caso de Gervásio Teles, operário que chegou a ser detido durante a paralisação por ter participado de um piquete. No entanto, o piqueteiro se tornou secretário geral do sindicato e liderança bastante promovida pela imprensa comunista (MATTOS, 2003, p. 121).

Portanto, seja participando de greves e/ou atuando de forma mais incisiva no movimento sindical, os vínculos criados entre os comunistas e a classe trabalhadora objetivaram, primordialmente, a reversão dos obstáculos à liberdade de atuação do partido nas instâncias oficiais do próprio regime. Dessa maneira, o PCB pôde ter mais chances de projetar na opinião pública o programa do partido e retomar o protagonismo político. Na greve geral dos tecelões entre 1952-1953, mobilização que marcou uma geração, o PCB levantou a bandeira entre os grevistas da luta contra a assinatura do Acordo Militar com os EUA pelo presidente Vargas, pressionando seu governo a recuar da intenção de subordinar ainda mais os recursos do país ao imperialismo, especialmente para seu complexo industrial-militar realizar invasões de outros povos (Idem, p. 126). Em relação à Guerra da Coreia, há muitos registros na imprensa periódica do partido acerca de votações – geralmente em assembleias sindicais – de moções de repúdio e de

chamamentos para organização de congressos para angariar apoio popular contra uma possível entrada do Brasil no conflito asiático através do acordo militar costurado pelo governo Vargas com os EUA (IMPrensa POPULAR, 13/12/1952, p. 6). Aliás, a ampliação dos espaços sindicais ocupados por comunistas e por suas redes de alianças permitiu ao PCB ver aumentado, entre importantes figuras do sindicalismo carioca, o apoio à imediata legalidade do partido, especialmente entre os líderes sindicais dos oficiais de náutica, taifeiros, dos operários dos tradicionais moinhos de trigo, garçons, hoteleiros e etc. (IMPrensa POPULAR, 4/5/1954, p. 6).

Nesse contexto de relativo fortalecimento do PCB no sindicalismo carioca, é preciso destacar a teoria que norteava a ação dos membros do partido nesse processo. Embora se percebessem como comunistas, a tarefa máxima aceita pela maioria dos militantes e dirigentes não foi a imediata preparação da revolução proletária. Durante o período democrático vivenciado entre 1945 e 1964, dentre os objetivos principais colocados pelo PCB, o principal foi a luta pela abertura de espaços democráticos nas instituições do regime para poder se reinserir como uma força influente no cenário político nacional e, ao mesmo tempo, para contrabalançar sua condição de partido proscrito, porém, se mostrando, nesta tática, que não representavam uma espécie de ameaça revolucionária iminente. Ao contrário do que os temores fantasiosos das elites do país pareciam crer, na prática os comunistas não deixavam de reivindicar a necessidade de a classe trabalhadora confiar nas instituições e em alianças pontuais com as classes proprietárias supostamente mais resistentes à penetração do capital estrangeiro no país para defender seus interesses. Aliás, o momento curto da postura “esquerdizante” do partido foi negado até o golpe civil-militar de 1964 como “exemplo do que não podia se repetir”. Portanto, como salienta Marco Aurélio Santana, é com esta justificativa teórica – e otimista em torno de uma efetiva aliança entre a classe trabalhadora, a esquerda e as elites capitalistas supostamente nacionalistas –,

que o PCB assumiu, por diferentes vezes, uma postura um tanto mais assumida ou mais constrangida em torno da sua “posição de partido da ordem” (SANTANA, op.cit., p. 28-29).

Destacar esse debate não é algo menor, pois, ele não só nos auxilia a entender as estratégias elaboradas pelos comunistas durante a retomada de sua influência no movimento organizado de trabalhadores, quanto nos revela o nível extremado de manipulação e alarmismo pelos setores conservadores e da direita, que não descansaram na tentativa de criminalizar a atuação dos comunistas, vendo em suas ações o recorrente temor do perigo subversivo iminente. Nesse sentido, destaca-se, como salienta Luciana Lombardo Pereira, o papel central dos meios de comunicação de massa, tais como o rádio e a imprensa, na articulação entre setores das classes médias urbanas, Igreja Católica, polícias e Forças Armadas na criminalização dos comunistas. Nessa aliança, ressalta-se a coordenação entre os investigadores da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) e a imprensa (PEREIRA, 2004, p. 164-165). Portanto, diante do reerguimento dos comunistas no interior do processo de renovação das lideranças sindicais, não se busca apenas a emissão da opinião da imprensa sobre o fenômeno, mas as formas de intervenção, articulação e os seus efeitos para minar o processo de relativo sucesso da reorientação dos comunistas na retomada de posições perdidas no movimento sindical depois da repressão sofrida durante a redemocratização. Porém, como os casos são múltiplos e complexos, centrarei a análise em torno de duas entidades e categorias em que os militantes e sindicalistas do PCB tiveram um peso decisivo de direção e um papel preponderante na experiência organizativa de suas lutas: os tecelões e ferroviários da E. F. Leopoldina.

A atuação da imprensa conservadora pela hegemonia do movimento organizado de trabalhadores

Na democracia instaurada em 1946, apesar das cassações dos comunistas e da vigência de dispositivos autoritários de cerceamento aos direitos do trabalho, emergiu de uma maneira inédita na história republicana do país a importância político-eleitoral dos trabalhadores nas disputas e no equilíbrio de poder. Elementos como a expansão acelerada dos centros urbano-industriais, da população, da organização dos trabalhadores e, sobretudo, a vitória sobre o nazifascismo, percebido por muitos trabalhadores como a luta pela democracia dentro do próprio país contra a ditadura do Estado Novo, pesaram para que não fosse mais possível conservar mecanismos oligárquicos de se realizar a política nacional, como era predominante nos tempos da Primeira República (NEGRO; SILVA, 2011). Portanto, é nesse cenário que, a meu ver, se compreende o início de um processo de refundação da atividade da imprensa empresarial e de seu lugar na nova sociedade urbana, industrial e relativamente democrática que emergia. Ao lado da negação da ideologia, expressa no ideário da pretensa objetividade como norte da ação da imprensa, os grandes jornais empresariais do Rio de Janeiro, que também serviam de modelo para a imprensa nacional na época, investiram na diversidade temática do conteúdo para alcançar o maior público possível nos mais variados nichos urbanos e sociais. Nesse sentido, os acontecimentos do movimento sindical e, portanto, trabalhadores e sindicalistas, foram privilegiados por diversos veículos da imprensa como um dos públicos leitores a ser conquistado e ampliado (LINS, 2021, p. 62-73). No entanto, embora a imprensa tenha se tornado, em alguma medida, um espaço para os trabalhadores e algumas correntes sindicais articularem e tornarem públicas suas reivindicações, denúncias e mobilizações contra o patronato, ao se inserir na cobertura do movimento sindical os jornais não atuaram com a imparcialidade que pregavam, mas com interesses políticos e classistas definidos, embora quase sempre encobertos pelo manto da pretensa objetividade.

Em primeiro lugar, não somente os jornais da imprensa empresarial se identificavam com os partidos da elite brasileira, quanto também muitos de seus proprietários foram partidários e/ou dirigentes dessas mesmas organizações. Conforme ressalta Aloysio Castelo de Carvalho, no início

dos anos 1950, tendo visto o cenário de fortalecimento das esquerdas, sobretudo no campo sindical, e o retorno de Getúlio Vargas a Presidência da República com um programa redistributivo e nacionalista que atraiu as massas trabalhadoras, os grandes jornais da imprensa carioca atuaram como tribuna para discussão sobre a (re)orientação política dos grandes partidos das elites empresariais e proprietárias do país. Voltadas para os dirigentes da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), as discussões mais recorrentes nos editoriais e colunas de opinião dos jornais giravam acerca da necessidade dessas organizações em se aproximarem da classe trabalhadora e em elaborar estratégias com o objetivo de apartar de sua influência as maiores organizações representativas de seus interesses na época: o Partido Comunista e as correntes trabalhistas, sobretudo as associadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (CARVALHO, 2012, p. 190-222). Portanto, é neste sentido que os grandes jornais da imprensa empresarial começaram a se articular para apresentar aos trabalhadores um projeto alternativo de sindicalismo e grupos políticos considerados aliados na disputa contra a hegemonia das esquerdas trabalhista e comunista nas diretorias dos sindicatos (LINS, 2021, p. 215-219). Porém, como houve momentos de ações mais contundentes para criminalizar a participação política da classe trabalhadora, analisaremos no caso dos tecelões e dos ferroviários da E. F. Leopoldina os efeitos da articulação entre a imprensa empresarial com correntes sindicais e forças do aparato de repressão do Estado para criminalizar o PCB durante momentos-chave da disputa política feita pelos comunistas no movimento sindical e em greves emblemáticas das respectivas categorias na primeira metade dos anos 1950.

Entre a pressão para intervenção no sindicato e a derrota no pleito sindical: o caso dos tecelões

Entre as tecelãs e tecelões do Rio de Janeiro, desde 1949 começou a se fortalecer em diversos locais de trabalho a reorganização da categoria para enfrentar o congelamento salarial, a intervenção no sindicato e a cláusula de assiduidade integral nos acordos sentenciados pela Justiça². No Rio de Janeiro, a situação começou a ser tratada pelo governo Dutra, no fim de seu mandato, com o levantamento da intervenção do MTIC no sindicato. Porém, isso não significou a autorização de um processo democrático. A anistia e a autonomia sindical que Dutra concedia não legalizava a participação política dos comunistas, que continuaram a ser barrados de tomar posse e participar das eleições sindicais em função da incriminação do atestado de ideologia. Diante desse cenário, a alternativa mais concreta para os comunistas retomarem os espaços no interior do sindicato foi recorrer à organização nos locais de trabalho.

No entanto, a correlação de forças se tornava mais favorável ao PCB quando, nos primeiros meses de 1952, a disposição para uma greve de alcance geral começou a ser ventilada com mais força entre tecelãs e tecelões. Ao presenciarem a experiência dos aeroviários e aeronautas, que haviam protagonizado uma greve nacional para enfrentar as protelações do dissídio coletivo mediado pela Justiça do Trabalho e para arrancar, na pressão grevista, um acordo salarial com o empresariado, os tecelões, que passavam por processo semelhante no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), se revoltavam com a demora das negociações e com a falta de iniciativa do Estado e do governo para coagir os industriais. Embora os diretores sindicais fossem mais moderados e apelassem nas assembleias para que os operários e operárias mais militantes convencessem seus colegas em conter o ímpeto grevista e confiar no julgamento da Justiça do Trabalho, expressivo setor das bases, sobretudo entre os líderes de comissões de fábrica, exigiam a

² Cláusula introduzida pela Justiça do Trabalho em 1949, que previa a concessão do pagamento do descanso semanal mediante a presença integral dos trabalhadores no local de trabalho, não sendo admitido qualquer tipo de atraso ou faltas, mesmo que por motivo de saúde. Porém, essas condições foram generalizadas pela Justiça do Trabalho e pelas patronais para a concessão de reajustes salariais e aplicabilidade global dos direitos trabalhistas, o que implicou em perdas salariais e em negligência generalizada pelas empresas em relação ao cumprimento dos dispositivos da CLT.

deflagração de greve. Nesse contexto, em que o *Correio da Manhã* definiu como o conflito entre a ala “moderada” e a corrente que advogava por uma “atitude enérgica” (CORREIO DA MANHÃ, 12/2/1952, p. 12), os militantes e dirigentes do PCB passaram a agitar na sua base de influência a necessidade de greve geral, isto é, acompanhando os setores mais radicalizados na categoria contra o poder normativo da Justiça do Trabalho e, portanto, contra a própria legislação antigreve (MATTOS, op.cit., p. 122). Para se compreender o nível de tensão desse conflito entre “moderados” e “enérgicos”, é preciso destacar os obstáculos que o Estado colocava para impedir o livre exercício do ato de greve enquanto recurso reivindicatório dos trabalhadores. De acordo com o decreto-lei 9.070, toda greve deflagrada por fora dos ritos de conciliação desmobilizadores oferecidos pelo MTIC e a Justiça do Trabalho era considerada ilegal. Nesse sentido, apenas se poderia fazer greve se na última instância, isto é, se no Tribunal Superior do Trabalho (TST), houvesse sido sentenciado um acordo homologado pela instituição e o patrão não o ter cumprido. Porém, mesmo passando por este processo, muitas categorias não poderiam fazer greve de jeito nenhum por serem consideradas parte de setores econômicos considerados “fundamentais” pelo governo³. Não era o caso dos tecelões, porém, já estavam com um dissídio muito demorado no TRT, levando-se em conta o processo igualmente protelado pelo qual tiveram que passar no MTIC. Portanto, ventilavam um movimento de ruptura circunstancial com os ritos impostos pelo Estado para exigir do mesmo uma condução adequada na defesa de seus interesses.

No entanto, em mais um recurso no TST, os juízes do órgão, em dezembro, deram ganho de causa aos patrões. Anularam a sentença dada pelo TRT, em setembro de 1952, concedendo 60% de aumento, e resolveram conceder um aumento de 42% e mantendo no acordo a vigência da cláusula de assiduidade integral. Porém, a indignação e a revolta contra a sentença do TST explodiram entre os trabalhadores, sendo muito difícil, naquele momento, as posições mais moderadas prevalecerem sobre a disposição das operárias e operários em paralisar todo o parque

³ Se enquadravam nesta categoria todo o funcionalismo público e, na iniciativa privada, os trabalhadores de setores dos transportes, de distribuidoras de energia e combustíveis, da indústria de alimentação, camponeses, entre outros.

industrial têxtil pela reversão da decisão da Justiça. Aliás, para agravar a radicalização e a firmeza do movimento, contou para isto o trágico assassinato do tecelão Altair de Paula Rosa, que morreu baleado pelas forças policiais quando participava de um piquete massivo, também composto por mulheres, idosos e menores de idade que foram também violentamente reprimidos quando tentavam paralisar a estratégica fábrica Confiança, no bairro de Vila Isabel. O assassinato de Altair comoveu de tal modo os trabalhadores e a opinião pública que proporcionou o recrudescimento do apoio popular, político e sindical à rebelião tecelã, o que, por sua vez, também fez recrudescer as expectativas dos grevistas pela reversão da decisão do TST.

É nesse contexto que se fortaleceram as agitações pró-greve dos militantes e dirigentes do PCB e a possibilidade dos comunistas potencializarem a construção e a propaganda do programa do partido. Em primeiro lugar, destaca-se a retomada de protagonismo público dos dirigentes do PCB. Nos documentos e na bibliografia, registra-se a presença de duas lideranças centrais do partido entre os tecelões, os srs. Hércules Corrêa e Sebastião dos Reis, embora isso não signifique que apenas eles estariam militando pelo PCB, podendo contar, muito provavelmente, com suporte militante na própria categoria ou da militância de outras células do partido. Conforme as memórias do próprio Hércules, por ter atuado à frente de comissões de salários lutando pelas reivindicações mais sentidas por seus companheiros e colegas de classe diretamente no chão de fábrica, critério para que fossem escolhidos membros dirigentes do comitê de greve, estes líderes do PCB puderam emergir como forte alternativa de direção ao sindicato frente às bases (MATTOS, *op.cit.*, p. 127). Inclusive, o nome de Hércules se encontra registrado em diversas reportagens, tanto da imprensa comunista quanto da empresarial, indicando que os dirigentes do comitê de greve, embora não fossem sindicalistas oficiais, também emergiram como fontes importantes para os jornais buscarem informações internas sobre os rumos do movimento.

Por outro lado, e como quase a totalidade das correntes políticas estavam fazendo durante a greve geral têxtil, o PCB também mobilizou para os espaços de organização e sociabilidade da

greve todo o seu aparato militante para fortalecer a posição e a capilaridade do partido na importante categoria operária. E, em alguma medida, estavam logrando êxitos nesse sentido, inclusive chamando a atenção da maioria dos veículos da imprensa. Embora as reportagens superdimensionem a presença e a influência política do PCB sobre a maioria dos trabalhadores, sendo pouco cuidadosas com os elementos de disputa interna entre as próprias lideranças grevistas e com juízo de valor bastante criminalizador, é possível localizarmos como os comunistas se mobilizaram com peso para auxiliar os operários e construir o partido com setores militantes das mais diversas áreas. Nesse sentido, há o registro de jovens estudantes que tinham entrada fácil no sindicato, nas conversas dos grevistas e que seriam pertencentes a células do PCB que militavam nas associações femininas e na campanha para impedir a entrada do Brasil na Guerra da Coreia (CORREIO DA MANHÃ, 13/12/1952, p. 2). Nas imediações de algumas fábricas, militantes do PCB foram registrados distribuindo panfletos conjurando o governo Vargas pelo assassinato de Altair e pelo avanço da assinatura com o Acordo Militar com os EUA (TRIBUNA DA IMPRENSA, 10/12/1952, p. 1). Contudo, o que chamava atenção especial dos observadores da greve era a forte inserção da estrutura comunicacional do PCB, isto é, do periódico diário do partido chamado *Imprensa Popular*. Pelo lado da imprensa, não foi raro os destaques feitos por diversas reportagens sobre a fácil penetração e respeito dos repórteres e fotógrafos do jornal entre os trabalhadores. Cobertura d'*O Globo* sobre os primeiros dias da greve destacou como no sindicato os comunistas se diferenciavam por serem grandes agitadores da luta dos tecelões e de crítica à atuação do governo e das autoridades, fosse na intervenção de dirigentes, parlamentares e, especialmente, nas matérias da *Imprensa Popular* que se espalhavam com capilaridade entre os grevistas (O GLOBO, 8/12/1952, p. 8). Imagens que reproduzo a seguir, com tecelões lendo a *Imprensa Popular* no seu quartel general montado no sindicato, reforçam a nossa compreensão acerca da potencialidade do PCB em influenciar setores expressivos das bases da categoria:

IMAGEM I



Tecelões segurando para o fotógrafo exemplares da Imprensa Popular
(*Imprensa Popular*, 10/12/1952, p. 1).

IMAGEM II



Tecelãs lendo exemplar da Imprensa Popular no sindicato
(*Imprensa Popular*, 21/12/1952, p. 1).

Porém, se desde os primeiros momentos da greve, o chefe de Polícia e o governo ameaçaram intervir no sindicato e reprimir o movimento por exagerarem o peso dos comunistas no seu interior, na sua segunda semana, uma articulação feita entre a imprensa empresarial, as autoridades policiais e judiciais impactou os rumos da luta dos tecelões por ter aprofundado a pressão por tal solução autoritária. Num contexto de uma correlação de forças muito favorável na opinião pública para os tecelões (em que, inclusive, forçou o governo Vargas e quase a totalidade dos dirigentes e parlamentares do PTB a negociar a anulação da sentença do TST e oferecer um novo acordo), quando a greve completou uma semana de duração, o jornal *Última Hora* publicou depoimentos exclusivos do ministro Segadas Viana atribuindo a culpa pela deflagração da greve a um suposto erro judiciário durante o cálculo dos dados estatísticos sobre o aumento do custo de vida na capital. Considerando que, para o estado do Rio, o aumento teria sido de 48% e na então capital federal, de 70%, segundo os resultados do Serviço Estatístico de Previdência e Trabalho (SEPT), órgão do MTIC, o ministro afirmou que o erro judiciário foi ter sentenciado o aumento de 42% tendo como base a variação do custo de vida no estado e não na cidade do Rio de Janeiro (ÚLTIMA HORA, 11/12/1952, p. 1). Nesse sentido, o ministro do Trabalho acertou com o proprietário da maior indústria têxtil da cidade na época, a Fábrica Bangu, um acordo nas bases da sentença dada pelo TRT. Porém, apenas três grandes fábricas haviam rompido com a orientação da entidade patronal e negociaram acordos em separado com os trabalhadores nas mesmas bases da Fábrica Bangu, apesar de terem sido feitos pelos sindicalistas à revelia da decisão da maioria dos grevistas... (IMPrensa POPULAR, 21/12/1952, p. 1). Por sua vez, também pesou para o fracasso dessa proposta a firmeza dos trabalhadores e de importantes setores da direção, como o próprio PCB, em materializar a reversão da sentença do TST para todos simultaneamente (IMPrensa POPULAR, 12/12/1952, p. 1).

Portanto, em reação ao predomínio desse clima de disposição e radicalização da greve, que entra em cena a articulação empresarial-midiática-policial. Em seguidas reportagens contrárias à

movimentação do governo em reformar a sentença do TST, em “reportagem-denúncia” intitulada “Articulação comunista e não erro judiciário”, a *Tribuna da Imprensa*, jornal da direita udenista, veiculou que o ministro do Trabalho sabia previamente da participação expressiva dos comunistas na liderança da greve. De acordo com o coronel Rosas, investigador do DOPS, Segadas Viana teria tido acesso às fichas elaboradas pelo órgão policial sobre os sindicalistas à frente da direção do movimento:

1. FRANCISCO RODRIGUES GONÇALO, **presidente do Sindicato**: 43 anos, militante comunista. Foi secretário sindical da célula “MIGUEL MARTINS”, do PCB, da Fábrica do Moinho Inglês. Foi membro do Comitê Pró-Candidatura João Massena Melo e Ester Roque (candidatos a vereadores pelo PCB). Negado atestado de ideologia a 3-11-1950. Eleito presidente do Sindicato dos Tecelões, teve sua posse sustada por não ter apresentado, até 21-7-1951, o atestado. “Nessa data, POR AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO foi empossado no cargo”, informa o cel. Francisco Rosas.

(...) 3. **ASTROGILDO PEREIRA RAMOS**: 39 anos. Entrou no Partido Comunista em 1945. Matriculado (“estruturado”) na célula “29 DE JUNHO”. Secretário Sindical do Comitê Distrital da Gávea. Nada mais consta após o fechamento do Partido Comunista. Ressurge agora com a greve dos tecelões. É Procurador do Sindicato.

Há outros. Todos conhecidos da Polícia e do Ministério do Trabalho. Foram eles que levaram os tecelões à greve, apoiada pelo grupo golpista do Governo (TRIBUNA DA IMPRENSA, 16/12/1952, p. 1).

Ainda segundo o coronel Rosas, o ministro foi alertado pelo DOPS durante as eleições sindicais sobre todos estes líderes serem suspeitos de possuírem profundos vínculos com o PCB, mesmo assim, Viana havia autorizado a posse de todos. Portanto, ao vincular a imagem do governo com os comunistas, o jornal de Lacerda almejava pressionar o governo a intervir no sindicato, prender os dirigentes ligados ao PCB (e, por efeito, todos os outros sindicalistas) e desistir de procurar outras saídas para atender aos interesses dos operários, como a reforma da sentença do TST. Para engrossar esta linha política, o impacto desta reportagem repercutiu entre a imprensa. *O Jornal*, periódico do poderoso magnata das redes de comunicação do país, o então senador Assis Chateaubriand (PSD), em editorial intitulado “Responsabilidade a apurar”,

conclamou o governo e as autoridades para intervirem no sindicato dos tecelões, pois, haveria a iminência bem concreta de a greve ser uma obra preparada pelo governo e em conluio com os comunistas para desmoralizar não somente a autoridade da Justiça do Trabalho mas, também, para desviar a ação dos trabalhadores para um movimento de defesa dos interesses da URSS (sic). Portanto, *O Jornal* declarou, naquela altura da greve, que cabia ao governo intervir no sindicato e prender os comunistas que estavam na direção do movimento, o que deveria ter sido feito desde o início quando teve conhecimento da eclosão da paralisação geral tendo à frente tais elementos (O JORNAL, 14/12/1952, p. 4). Importante notar que essa narrativa construída pela imprensa foi a mesma usada pela maioria dos juízes do TST para legitimar a intervenção no sindicato, enquadrar o movimento grevista na ilegalidade e conservar a sua decisão, então odiada pelos operários. No dia da votação sobre a manutenção da sentença, depois da pressão feita em torno do suposto “erro judiciário”, o ministro do tribunal, Edgard Sanches, fundamentou o seu voto contrário à reforma da decisão do tribunal a partir dos “documentos comprobatórios” da Polícia Política que a imprensa veiculou sobre os supostos vínculos dos diretores sindicais da categoria com a “ideologia vermelha” (O GLOBO, 17/12/1952, p. 15).

Contudo, embora estes sindicalistas tivessem realmente fichas criminais sendo acusados de comunistas, nas suas associações políticas encontrava-se ligações com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), os Círculos Operários Católicos e até com o PTB. Não à toa, desde o mandato de Dutra, apesar destas acusações anticomunistas genéricas, o *Correio da Manhã*, periódico também alinhado à direita udenista, exigiu do MTIC que empossasse estes dirigentes, inclusive por terem sido eleitos num pleito que sabotou a presença do PCB. Aliás, este era um dos argumentos centrais do jornal: a ausência de vínculos associativos desses líderes sindicais com o Partido Comunista (CORREIO DA MANHÃ, 19/11/1950, p. 5). Porém, por mais que os industriais arrastassem o impasse, uma ação mais enérgica do governo e das forças policiais contra a autonomia sindical e a atuação dos comunistas não foi possível, tendo visto a manutenção da

correlação de forças favorável aos tecelões. Esse clima se sentiu, inclusive, na atuação da própria imprensa. A *Tribuna da Imprensa* foi forçada a publicar nota assinada por determinados membros da diretoria recriminando as acusações do jornal os condenando como simpatizantes do comunismo (TRIBUNA DA IMPRENSA, 18/12/1952, p. 1). O *Correio da Manhã*, em editorial, criticou as narrativas divulgadas pela maioria dos jornais sobre a greve dos tecelões se tratar de um movimento exclusivamente manipulado pelo PCB, apelando, por sua vez, aos industriais que tivessem “convicção democrática”, quando já se constituía inevitável o movimento reivindicatório dos trabalhadores por mais espaço no regime (CORREIO DA MANHÃ, 14/12/1952, p. 4).

Entretanto, vale a pena problematizar a manipulação da imprensa diante da atuação concreta do PCB. Se o temor com o aperfeiçoamento organizativo da classe pode ser bem compreensível, levando-se em conta os interesses reacionários e desmobilizadores do empresariado e das autoridades, por sua vez, os alarmismos disseminados em torno de uma radicalização revolucionária dos trabalhadores a partir da influência do PCB não era algo que os próprios comunistas defendessem. A prioridade do PCB era combater qualquer forma de divisão na unidade dos tecelões e reforçar o apoio financeiro e político ao movimento grevista. Essa linha foi exposta e debatida em editorial da *Imprensa Popular*, intitulado “Solidariedade à greve dos têxteis”, em que o jornal conclamava os militantes do PCB, os sindicatos e a população para a necessidade do alargamento do suporte financeiro, material e/ou alimentício à greve para que os operários pudessem alimentar suas famílias e prosseguir na luta contra o “poder do capital”. Ou seja, nada de chamados à greve geral (embora tivesse sido cogitada pelo sindicalismo carioca para reforçar a luta contra o arrocho salarial e a mediação da Justiça) ou insurreições contra a ordem pública como meio de pressão contra a Justiça do Trabalho, o governo e os industriais (IMPRENSA POPULAR, 10/12/1952, p. 3). E foi nesta linha que os trabalhadores entenderam a ação dos comunistas, não como a imprensa manipulava. Não à toa, Hércules Corrêa

e Sebastião dos Reis se mantiveram até o fim da paralisação à frente do comitê de greve e acompanhando os membros do sindicato nas negociações.

No entanto, quando a greve já passava dos seus 40 dias, num processo extenuante para os trabalhadores, os ânimos voltaram a se exacerbar com a possibilidade do presidente Getúlio Vargas intervir pessoalmente no impasse para coagir os industriais e reverter a decisão do TST. Porém, a frustração predominou entre os grevistas depois que tomaram ciência, através do colaboracionismo dos dirigentes sindicais, de que a tolerância do governo com o movimento já estava se esgotando e, portanto, pressionando os tecelões a acatarem a concessão que causou a revolta da classe. Embora os operários tivessem aceitado o recuo bastante desmoralizados, quase ocorreu cenas de agressões aos sindicalistas, acusados de traição (DIÁRIO CARIOCA, 23/1/1953, p. 12). Não à toa, durante os pleitos realizados para a diretoria sindical, iniciados poucos meses depois da greve, a chapa composta por líderes grevistas do PCB e de setores da oposição aos pelegos tinha a chance bastante concreta de ser a vitoriosa desde o início das projeções. Através do periódico comunista, destaca-se a centralidade da campanha de oposição do PCB em atribuir à majoritária da diretoria sindical a pecha de terem sido pelegos durante a “memorável greve”, colocando como contraponto a atuação dos comunistas e dos líderes vinculados ao PCB para ressaltar a necessidade de se renovar a associação dos tecelões (IMPrensa POPULAR, 15/4/1953, p. 6).

Diante desse cenário, é digno de nota a atuação feita por importantes veículos da imprensa para impedir a vitória dos comunistas, nos indicando também como o movimento dos tecelões impactou o sindicalismo da época, de tal modo a mobilizar a imprensa empresarial a apontar sua mira oposicionista para o movimento organizado da categoria. Nesse sentido, jornais como a *Tribuna da Imprensa* e o *Correio da Manhã* se aliaram aos situacionistas para derrotar o PCB. Em abril de 1953, quando o primeiro pleito foi realizado, o *Correio da Manhã* publicou, através da “Coluna Operária”, que o então presidente do sindicato, Chico Rodrigues, e o secretário, Josias da

Silva (que, aliás, era um aliado do PTB e de João Goulart, adversários do jornal), tinham muita vantagem de votos sobre a oposição, pois, segundo o repórter especial da coluna, muitos trabalhadores teriam ciência de que aos “bolchevistas” apenas interessaria assumir o comando do sindicato para dar cabo de suas políticas meramente partidárias e subversivas, manipulando uma situação em que dava a entender que uma maioria de operários apoiaria a reeleição dos pelegos (CORREIO DA MANHÃ, 29/4/1953, p. 6). Porém, o grupo sindical capitaneado pelo PCB, conformado na “Chapa Progressista”, foi o vitorioso. No entanto, a posse dos novos dirigentes oficiais foi anulada pelo então ministro do Trabalho, João Goulart, por ter acatado uma acusação feita pela situação sobre ter faltado votos para bater o quórum. Isso foi desmentido pelos comunistas, que acusaram os sindicalistas da situação de terem recebido o auxílio de patrões de importantes fábricas da cidade com grande quantidade de operários que sabotaram as urnas nestes locais onde a oposição era influente (IMPrensa POPULAR, 2/10/1953, p. 6).

Contudo, houve um segundo pleito, e neste processo quem pesou na militância a favor dos situacionistas foi a incansável *Tribuna da Imprensa*. Compreendendo o problema estratégico que seria para as forças sindicais colaboracionistas com o empresariado – e até para a própria direita – a vitória do PCB no sindicato dos têxteis, que representava compulsoriamente uma categoria bastante populosa (35.000) e que, portanto, significaria dar aos comunistas a possibilidade de angariar famílias numerosas de eleitores e de base social para suas políticas e práticas, nas vésperas do pleito de outubro de 1953, o articulista Newton Carlos, repórter da *Tribuna* que cobria muitos assuntos sindicais, além de apoiar chapas anticomunistas no movimento sindical, entrou em cena para alarmar e mobilizar os trabalhadores. De acordo com Newton, a anulação do último pleito teria sido uma oportunidade para que os “democratas” vencessem os comunistas, demarcando a diferença pequena de votos entre as duas chapas no último resultado eleitoral. Portanto, o articulista conclamou a todas as forças de oposição ao comunismo para que auxiliassem os pelegos na vitória, pois, se não bastasse a entrada de comunistas em diretorias como

a dos operários navais, sapateiros, marceneiros e alfaiates, a vitória do PCB no sindicato dos têxteis, por sua vez, seria não a vitória de uma simples corrente política, mas de um projeto agitador e subversivo que definiria o futuro do perfil do sindicalismo brasileiro:

Não vamos afirmar que a chapa encabeçada por Euclides Peçanha, que representa a situação, seja o ideal para os tecelões. A importância não está nisso, mas nos rumos que a chapa de Sebastião Reis poderá imprimir ao sindicato, desvirtuando-o, em benefício de uma política alheia aos interesses da classe. Não se trata de escolher entre dois candidatos - é escolher entre dois caminhos (TRIBUNA DA IMPRENSA, 23/10/1953, p. 12).

Contudo, apesar de não ter sido nada desprezível a ofensiva dos situacionistas, que ainda conservavam apoios entre a categoria, como se vê no placar registrado (2.446 votos contra 2.259), a Chapa Progressista foi novamente a vitoriosa (IMPrensa POPULAR, 25/10/1953, p. 6), tendo os novos dirigentes do sindicato tomado posse em fevereiro de 1954 (IMPrensa POPULAR, 20/2/1954, p. 1). No entanto, em relação à Hércules Corrêa, foi demitido como vítima da represália patronal contra o direito de greve, tornando muito difícil a continuação de sua militância na fábrica em que trabalhava e no próprio sindicato. Depois disso, Hércules atuou por pouco tempo entre os rodoviários – onde havia uma célula do partido se iniciando –, trabalhando e militando como cobrador de ônibus. No entanto, voltaria a trabalhar como tecelão em 1957, quando foi admitido numa importante fábrica em São Cristóvão⁴, mesmo bairro operário que atuava quando foi demitido por ter liderado a greve geral de 1952-1953.

⁴ Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hercules-correia>. Acesso em 21/03/2022.

Entre a “conspiração” contra a vitória sindical dos comunistas e a criminalização durante a greve: o caso dos ferroviários

No bojo do processo de fortalecimento entre os tecelões, o PCB retomava outro bastião histórico do partido: as ferrovias da E. F. Leopoldina. A bem da verdade, os militantes do partido nunca deixaram de atuar entre os ferroviários da companhia, desde os tempos em que era de propriedade inglesa. No entanto, em fevereiro de 1951, especificamente no início do mandato de Getúlio Vargas, o atestado de ideologia e o MTIC também barraram os líderes comunistas de concorrer no primeiro pleito realizado depois das intervenções (IMPrensa POPULAR, 21/2/1951, p. 2). Porém, em meados de 1953, período marcado pela entrada em cena das greves de massas e da remodelação ministerial feita pelo governo Vargas para responder à crise social, ao nomear Jango para o MTIC, os comunistas foram autorizados a tomar posse nas diretorias sindicais e ter, por parte do Executivo trabalhista, relativa liberdade de atuação para atuar politicamente, embora a proscrição ainda estivesse conservada. No caso específico dos ferroviários, contou bastante para o cálculo do governo e da própria direção da companhia o clima de insatisfação entre a categoria desde o início do ano, quase desembocando em greve diante da não aplicação dos benefícios aprovados pelo próprio governo na nova lei que enquadrava os ferroviários como parte do funcionalismo público (DIÁRIO CARIOCA, 7/4/1953, p. 12).

Nesse ambiente de mobilização, no processo eleitoral iniciado em setembro do mesmo ano, dirigentes do PCB liderados por Demistóclides Batista (também conhecido como Batistinha) foram vitoriosos no pleito de dezembro, que, cabe destacar, foi bem representativo por ter participado praticamente metade da categoria e bastante acirrado por ter a chapa capitaneada por Batistinha angariado 3.597 votos contra 3.437 computados à chapa adversária encabeçada por Álvaro David, da situação (IMPrensa POPULAR, 23/12/1953, p. 1). Por outro lado, no mesmo mês, a anistia de líderes das greves gerais realizadas no fim dos anos 1940, entre eles

líderes do PCB, finalmente foi acatada pelo governo e pela direção da Estrada. Nos anos 1950, a E. F. Leopoldina tinha sido encampada, o que fortaleceu os argumentos para a readmissão dos líderes já que a propriedade da ferrovia passara a ser pública.

No entanto, o crescimento do PCB não ocorreu sem pressões para que o governo Vargas revertesse a política exercida por Jango em ser tolerante e complacente com a relativa liberdade de atuação dos comunistas. De acordo com estudos de Luciana Lombardo Pereira sobre a atuação da Polícia Política, nessa conjuntura a autora destaca como a campanha de alarme disseminada pela imprensa se articulava concomitantemente aos interesses da própria instituição policial. Conforme entrevistas realizadas com Cecil Borer, um dos principais investigadores do DOPS no Rio entre os anos 1950 e 1960, os ânimos entre os policiais do órgão se exaltaram contra Vargas quando o presidente autorizou o MTIC a tolerar a atuação de militantes e sindicalistas vinculados ao PCB. Para agravar a situação, além da mera oposição política, os investigadores e diretores do DOPS continuaram a encaminhar para o MTIC relatórios de inteligência na intenção de forçar a perseguição e a identificação de dirigentes acusados de serem vinculados ao PCB no meio sindical (PEREIRA, op.cit., p. 191-192). É nesse ambiente, portanto, que, a meu ver, se compreende a coordenação incisiva entre a imprensa e as forças de repressão do Estado para criminalizar a diretoria sindical recém-eleita da E. F. Leopoldina e assim impedir que conhecidos líderes comunistas retornassem ao comando e se mantivessem no cotidiano sindical dos trabalhadores da companhia.

Em relação à anistia, o coronel Gashippo, então presidente da E. F. Leopoldina, a autorizou à revelia da decisão da Justiça, que fora a instituição que condenou os trabalhadores na época. O retorno destes líderes foi muito comemorado, como registrou a imprensa na solenidade realizada no sindicato da categoria para receber os anistiados. Diante do que qualificaram como avanço criminoso dos comunistas, aproveitando a brecha da atitude tomada pelo coronel à revelia da Justiça, setores da imprensa empresarial começaram, já nessa época, a criar adversidades mais

constantes para impedir que os comunistas retomassem a direção do sindicato e que os líderes anistiados fossem readmitidos. Nessa linha de criminalização, o argumento mais recorrente dos jornais era o lançamento de suspeitas – especialmente voltadas para pressionar o governo e as autoridades militares – de que esta decisão teria sido tomada a partir de um conluio de interesses eleitoreiros entre o coronel Gashippo e o ilegal PCB. Nesse sentido, o *Diário Carioca* foi o jornal que iniciou a campanha de pressão ao ter jogado suspeitas sobre o coronel estar favorecendo os comunistas, argumentando que, para além de os líderes grevistas terem voltado por decisão ilegal, teriam retornado em cargos superiores aos que exerciam quando foram demitidos. Sobre a solenidade realizada pelos ferroviários e pela própria companhia para comemorar o retorno dos líderes, a reportagem do jornal deu a entender que na reunião todos os presentes seriam “simpatizantes do comunismo” e que lá se formava uma espécie de célula de agitação social (DIÁRIO CARIOCA, 2/12/1953, p. 12). No dia seguinte da publicação desta “denúncia”, reportagem d’*O Globo* procurou o presidente da Estrada para tirar satisfações sobre as acusações feitas pelo *Diário Carioca*, pressionando o coronel de estar realmente numa articulação com os comunistas. Ao jornal, Gashippo alegou que readmitiu os líderes por uma questão de “humanidade”, já que a maioria da categoria exigia o retorno dos dirigentes (O GLOBO, 4/12/1953, p. 5).

Para assombrar os comunistas, tal declaração, longe de acalmar os ânimos, atingiu os círculos militares. Em fevereiro de 1954, quando Batistinha e seus companheiros se preparavam para tomar posse, o Conselho de Segurança Nacional interpelou o presidente da ferrovia a respeito da readmissão dos comunistas. Entretanto, mesmo com tal pressão, o coronel continuou resistindo e insistindo aos seus opositores sobre a anistia ter sido uma necessidade de “pacificação” na categoria (O GLOBO, 12/2/1954, p. 9). Porém, para a imprensa e os militares a pacificação era o aumento do cerco autoritário, continuando, portanto, a instigar uma intervenção ministerial no sindicato e a demissão do presidente da companhia. Nesse clima, em

março, quando os comunistas haviam sido finalmente empossados, jornais como a *Tribuna da Imprensa* e *O Jornal* foram os principais periódicos que propagaram um boato de que a cúpula do PCB instalada na entidade da E. F. Leopoldina estaria se preparando para lançar a categoria numa greve política pela permanência do presidente da ferrovia, o que seria um grave sinal às autoridades que estavam investigando o coronel, pois a legitimidade de suas acusações estaria sendo diretamente desafiada pelo Partido Comunista. Nessa linha, a *Tribuna da Imprensa* publicou, no dia 22 de março, o que seriam informações vazadas do Serviço Secreto do Exército sobre a possibilidade bem iminente de ser deflagrada uma greve entre os ferroviários pela permanência do coronel Gashippo. De acordo com a agência de inteligência das Forças Armadas, se na crise gerada em torno da readmissão dos comunistas os ferroviários já teriam supostamente organizado uma greve de pressão pela permanência de Gashippo no cargo, na ameaça de sua demissão seria certa a paralisação para reverter a possível decisão do governo. Sindicalistas e ferroviários ainda foram nomeados pelos militares e citados como criminosos por serem os responsáveis pela “agitação” que porventura viesse a ocorrer (sic):

(...) Essa greve agora prometida, há muito vem sendo articulada pelos líderes comunistas da Leopoldina. A primeira notícia sobre greve na estrada ocorreu em fevereiro deste ano, quando se falou, também, na demissão de Gashippo, por força de investigações a que procedeu o Serviço Secreto do Exército. As agitações na Leopoldina são articuladas por Humberto de Oliveira, João Batista Sarnet, Juvenal da Cruz Roland, Antônio Carvelo Rio e Valdemar Portilho, nas oficinas de Porto Novo do Cunha (TRIBUNA DA IMPRENSA, 22/3/1954, p. 9).

Fortalecendo a campanha comunicacional pela intervenção no sindicato, *O Jornal*, em matéria que teria sido subsidiada por relatos de um informante do periódico entre os ferroviários – e publicada um dia depois da denúncia feita pela *Tribuna* –, apurou que seria “absolutamente verídica a notícia” de que elementos comunistas estariam dominando de forma exclusiva o sindicato e que estariam preparando uma greve contra a autoridade do Estado para reverter a

possível demissão do coronel depois de sua aproximação com a nova diretoria sindical. De acordo com o tal informante, o coronel não passava de um “protetor de extremistas vermelhos” (O JORNAL, 23/3/1954, p. 2).

No entanto, se faz preciso destacar o ambiente político de crise que se arrastava no país nessa conjuntura. Se antes a política mais conciliatória do governo Vargas – e especificamente do ministro do Trabalho, sr. João Goulart – causava a revolta dos investigadores da Polícia Política, em fevereiro de 1954 quem entrou em cena para desestabilizar a política de administração dos conflitos realizada pelo governo foram as Forças Armadas, através do conhecido Manifesto dos Coronéis. Como pontua João Roberto Martins Filho, na visão dos generais, mas se utilizando da ação dos coronéis, de patente inferior, a política de tolerância à mobilização social e de aumento do salário-mínimo estariam estimulando o que entendiam como a degradação do país e do regime democrático, pois, não só as greves aumentavam quanto também o partidarismo político nos sindicatos oficiais e a infiltração de ideologias consideradas antidemocráticas nas instituições. Leia-se, fortalecimento do Partido Comunista (FILHO, 2011, p. 117). Na crise dos coronéis, Getúlio acabou cedendo à pressão golpista e inconstitucional dos militares ao demitir Jango do MTIC.

Contudo, tal clima aparentemente desfavorável aos comunistas não significou total isolamento. Exemplo disso foi a intervenção realizada pela *Última Hora*, jornal governista, para defender e dar publicidade aos argumentos dos comunistas contra seus detratores (ÚLTIMA HORA, 12/2/1954, p. 2). Nesse conflito para criminalizar o PCB entre os ferroviários, destaca-se a política editorial do jornal em denunciar a preparação, pela imprensa hegemônica, de um ambiente propício para que o sindicato sofresse uma intervenção que não afetaria somente os comunistas, mas o conjunto dos trabalhadores, especialmente quando haveria uma administração na ferrovia que estaria se aproximando das reivindicações do sindicato e da massa de ferroviários. Aliás, ainda de acordo com a *Última Hora*, se o sindicato dos ferroviários sofresse a intervenção, o

governo teria que intervir na maioria dos sindicatos do país, pois em quase todos eles havia a presença de comunistas. Portanto, e virando-se para o próprio governo que apoiava, o periódico de Samuel Wainer aconselhou o presidente e os novos ocupantes do MTIC depois da conturbada demissão de Goulart para que não se deixassem “envenenar” pela oposição, alertando que os “eternos conspiradores contra a liberdade sindical” almejavam apenas apartar Vargas dos sindicatos (ÚLTIMA HORA, 26/3/1954, p. 12).

Contudo, apesar dos fortes ataques coordenados pela imprensa, o governo não avançou sobre a autonomia sindical dos ferroviários, porém, as pressões retornaram quando, a partir de agosto, era perceptível que uma greve na categoria tinha altas chances de ser deflagrada. Nesse mês, as negociações em torno da liberação das verbas necessárias para a companhia pagar o abono e o 100% de reajuste do salário mínimo chegava a um impasse que, na percepção de muitos ferroviários, só poderia ser resolvido com a pressão grevista. No entanto, ao contrário das acusações de que teriam um fetiche pela agitação e a desordem, a diretoria comunista colaborava com o governo lhe dando tréguas para que resolvesse a situação sem pressão grevista enquanto, no plano interno, segurava o ímpeto dos trabalhadores tentando lhes convencer sobre a boa-fé do governo, especificamente do presidente Vargas, em pagar os direitos e benefícios atrasados da categoria (DIÁRIO CARIOCA, 5/8/1954, p. 12). Porém, o impasse se agravou quando Café Filho assumiu a presidência depois do suicídio de Vargas no mesmo mês, o que alterou profundamente o cenário político.

Desde 1953, a oposição conservadora ao governo vinha fechando o cerco com a intenção de destituir Vargas da presidência. A CPI armada para investigar as suspeitas de favorecimento financeiro do governo ao jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, resultou na prisão do jornalista e, como visto antes, o memorial inconstitucional assinado pelos coronéis não somente causou o afastamento de Goulart do MTIC, quanto animou a oposição de direita a dar tração ao pedido de *impeachment*, solicitado pelo presidente da UDN assim que os militares repreenderam Vargas

(FERREIRA, 2011, p. 306). No entanto, o golpe civil-militar ganhou força em agosto de 1954, depois da descoberta de que o capanga do presidente, Gregório Fortunato, havia sido o responsável pelo atentado a tiros contra Carlos Lacerda, um dos principais opositores de Getúlio naquela conjuntura. Porém, o suicídio do presidente, enquanto uma resposta política bastante dramática à conspiração golpista, acarretou uma reação popular massiva e violenta contra seus opositores, evento que ainda proporcionou ânimo para resistências do movimento operário e sindical. Portanto, embora tenha assumido um governo marcadamente repressivo, tal cenário não deixou de ser marcado por focos de luta popular e sindical em resistência às tentativas de restauração das políticas repressivas de Dutra, em particular as intervenções sindicais e o congelamento salarial (NETO, 2006, p. 257-264). É nesse contexto que, em setembro do mesmo ano, ocorreu a greve geral dos 14.000 ferroviários da E. F. Leopoldina.

A paralisação durou três dias e foi dirigida de forma clandestina pelos comunistas, que no comando geral de greve se comunicaram, através de senhas e aparições surpresa em determinados veículos de imprensa, com os trabalhadores e os delegados sindicais espalhados nos ramais da companhia entre a capital federal e os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Dessa maneira, puderam dirigir a greve sem terem sido detidos pelas forças policiais e militares. Em relação à cobertura da imprensa durante a greve, poucos jornais apelaram ao espantinho do comunismo para criminalizar a diretoria do sindicato. Pelo contrário, privilegiaram uma narrativa em que tentava colocar os grevistas contra a população ao insistir num noticiário voltado para destacar os prejuízos causados aos trabalhadores que necessitavam do transporte ferroviário para chegar ao trabalho e, com isso, angariar apoio público para a repressão policial em curso contra o movimento grevista. Porém, tal orientação compartilhada pela maioria da imprensa empresarial não impediu que importantes jornais identificassem os líderes do sindicato como elementos que se utilizariam da greve para acelerar a subversão no país. Nas vésperas do movimento, notícia intitulada “Tentam os comunistas abrir caminho para a greve geral!”, *O Globo* argumentou que a

paralisação anunciada não teria justificativa, pois, se constituiria num “verdadeiro teste para novas e gerais paralisações”, que estaria sendo elaborado por extremistas ligados ao “extinto PCB” e que naquele momento dominavam o sindicato. Como “provas” de tal plano, a reportagem destacou declarações do deputado comunista Roberto Morena num conclave sindical, no qual o parlamentar teria afirmado que a paralisação dos ferroviários seria um sinal de resistência e de estímulo às demais categorias reprimidas pelo governo de Café Filho. Por outro lado, *O Globo* divulgou documentos obtidos no DOPS com acusações de que todos os sindicalistas eram fichados por terem vínculos ao Partido Comunista. Era outra “prova” para pressionar o governo a intervir com urgência no sindicato da E. F. Leopoldina não somente para evitar a greve anunciada, mas para afastar também os seus dirigentes:

Os três comunistas cabeças da greve

Os manifestos, conclamando os trabalhadores das empresas ferroviárias, vêm subscritos pela diretoria do Sindicato: presidente, secretário e tesoureiro, respectivamente, os Srs. Demistóclides Batista, Aristóteles de Miranda e Jacir da Silva Barreto. Todos três são fichados no Departamento Federal de Segurança Pública como antigos militantes do Partido Comunista. Não pode escapar ao conhecimento dos ferroviários que a direção do Sindicato vem sendo assistida, permanentemente, pelo deputado Roberto Morena, que na Câmara Federal representa o pensamento dos adeptos do credo moscovita (*O GLOBO*, 23/9/1954, p. 2).

Contudo, embora o cerco retórico imprimindo ao movimento um caráter subversivo não tenha sido utilizado em larga escala pelos jornais empresariais nesta greve, em função dos meses de campanha anticomunista articulada pela imprensa contra a liberdade associativa e política dos ferroviários, não foi uma surpresa a intervenção do governo no sindicato da categoria em nome do combate ao comunismo. De acordo com nota distribuída pelo MTIC aos jornais, uma paralisação no transporte ferroviário seria ilegal por estar enquadrada, no decreto-lei 9.070, entre os setores “fundamentais” da economia e que, por outro lado, seria necessária uma ação mais enérgica do MTIC por haver entre os grevistas o suposto “propósito subversivo e que não são alheios

elementos agitadores comunistas” (CORREIO DA MANHÃ, 28/9/1954, p. 3). O governo acabou concedendo parcialmente às reivindicações dos trabalhadores e, embora tenha ocorrido rumores, inclusive soltos pelos próprios comunistas, sobre a continuação da greve para anular a intervenção sindical, no fim das contas o PCB cedeu à pressão e orientou os ferroviários a retornarem ao trabalho tendo visto as reivindicações salariais conquistadas. Em relação ao ataque contra o sindicato, ao invés de posturas agitadoras, os ditos subversivos apelaram para o Supremo Tribunal Federal através da abertura de um mandado de segurança para que fosse anulada a repressão exercida pelo MTIC (ÚLTIMA HORA, 28/9/1954, p. 2). Nesse clima de tensão, cabe destacar como os próprios comunistas, na sua linha de não causar maiores atritos com as instituições para se apresentar como um partido da ordem, se colocaram contra próprios setores das suas bases de influência. Registro feito pela *Tribuna da Imprensa* (e não pela *Imprensa Popular*), acerca de um comício realizado em Campos, no estado do Rio, por ferroviários, líderes grevistas e outras figuras públicas em apoio à postura dos trabalhadores da cidade em continuar a greve contra a intervenção sindical (TRIBUNA DA IMPRENSA, 29/9/1954, p. 2), nos indica como esta decisão do PCB não passou sem maiores resistências de setores da própria categoria. Contudo, ao fim e ao cabo, o que predominou foi a orientação desmobilizadora e que canalizava para a Justiça a resolução do impasse.

Porém, o mandado de segurança demandando a anulação da intervenção ministerial não surtiu efeito, pesando ainda sobre os comunistas removidos de seus postos sindicais as acusações feitas pelo MTIC e pela imprensa, impedindo por anos que retornassem aos cargos sindicais ou mesmo se candidatassem a direção do sindicato da E. F. Leopoldina. Pelo contrário, depois da greve, Batistinha, Jacy Barbeta, Aristóteles Miranda, dentre outros, foram punidos com a transferência para trabalhar em estações de outros estados onde não tinham tanta popularidade (IMPrensa POPULAR, 11/3/1955, p. 6). Estes líderes somente retornaram à diretoria do

sindicato da ferrovia nas eleições de 1957 durante o governo Juscelino Kubistchek (1956-1961), tendo Batistinha sido reeleito presidente em 1959 (MATTOS, 1998, p. 126).

Considerações finais

Retomando as questões centrais que mobilizaram a pesquisa que subsidia o presente artigo, evidencia-se o quanto as articulações do movimento sindical não passavam despercebidos pela imprensa durante a experiência democrática vivenciada entre 1945 e 1964, muito pelo contrário. O processo de inserção e fortalecimento do PCB depois da cassação de sua legalidade foi acompanhado de perto pelos seus opositores, realçando-se nesse sentido a intervenção da imprensa, que atuou de forma partidária e diária para a interrupção deste processo. Portanto, através dessa ferrenha disputa política, protagonizada pela imprensa empresarial e também pela comunista, nos é possível realçar, tomando-se as cautelas necessárias com os exageros e desinformações de ambos os lados, uma geografia aproximada da atuação militante dos comunistas na cidade do Rio de Janeiro e, numa dimensão localizada, os bastiões de influência do PCB onde os dirigentes e militantes do Partidão de fato exerciam maior nível de hegemonia sobre os trabalhadores. No caso dos ferroviários da E. F. Leopoldina e dos tecelões, o peso dado pela imprensa no confronto contra os comunistas no seio destas categorias já é por si só um elemento muito forte para centrarmos nossa atenção sobre a atuação do PCB entre elas, além de nos informar o alto nível de competição e dificuldades que os comunistas tiveram que enfrentar entre articulações para criminalizá-los e campanhas midiáticas para acabar com suas reputações. Contudo, mesmo assim, a retomada de protagonismo do PCB no movimento sindical provou as limitações das acusações oposicionistas, pois, no convencimento de parcelas significativas dos trabalhadores, os comunistas lograram criar bastiões contra hegemônicos à reação vigente para prosseguir na luta pelas conquistas partidárias e da classe trabalhadora. Bastiões estes que seriam

conservados até às vésperas do golpe civil-militar de 1964. Porém, como mostram as importantes informações acerca do número de votantes nos pleitos sindicais das categorias analisadas, ao contrário do que propagava os reacionários, tal processo de retorno do PCB ao controle dos sindicatos nos anos 1950 não se deu de maneira absolutista, mas através de redes amplas de aliança e tendo, diante de si, setores expressivos das bases (quase a metade nos dois casos) que ainda não depositavam, pelo menos na primeira metade dos anos 1950, uma forte confiança à atuação do PCB na organização e representatividade de seus interesses.

Portanto, embora outros objetivos não tivessem sido vitoriosos, como buscar a tão sonhada aliança com a burguesia nacional para construir um capitalismo democrático e anti-imperialista (como deixou patente a própria articulação da burguesia nacional com os EUA e os militares para suprimir, política e fisicamente, a aliança nacional-reformista composta pelo PCB), a meu ver, não é empírico e nem honesto contar a história dos comunistas apenas sob as sombras da derrota de 1964, como se houvesse uma memória acerca das relações do PCB com os trabalhadores caracterizada somente por seguidas derrotas. Pelo contrário, nos casos abordados neste artigo, abrem-se também possibilidades de pensarmos as limitações de seguidas criminalizações, sobretudo as articuladas de forma constante pela imprensa e as forças do aparato de repressão do Estado, para quebrar os laços de confiança e sociabilidade entre militantes e dirigentes do Partido Comunista com setores expressivos da classe trabalhadora.

Fontes

- Jornal *Correio da Manhã*, RJ, 19/11/1950, p. 5.
Jornal *Correio da Manhã*, RJ, 12/2/1952, p. 12.
Jornal *Correio da Manhã*, RJ, 13/12/1952, p. 2.
Jornal *Correio da Manhã*, RJ, 14/12/1952, p. 4.
Jornal *Correio da Manhã*, RJ, 29/4/1953, p. 6.
Jornal *Correio da Manhã*, RJ, 28/9/1954, p. 3.

- Jornal *Diário Carioca*, RJ, 23/1/1953, p. 12.
Jornal *Diário Carioca*, RJ, 7/4/1953, p. 12.
Jornal *Diário Carioca*, RJ, 2/12/1953, p. 12.
Jornal *Diário Carioca*, RJ, 5/8/1954, p. 12.
Jornal *Diário de Notícias*, RJ, 14/6/1953, p. 11.
Jornal *O Globo*, RJ, 8/12/1952, p. 8.
Jornal *O Globo*, RJ, 17/12/1952, p. 15.
Jornal *O Globo*, RJ, 4/12/1953, p. 5.
Jornal *O Globo*, RJ, 12/2/1954, p. 9.
Jornal *O Globo*, RJ, 23/9/1954, p. 2.
Jornal *O Jornal*, RJ, 14/12/1952, p. 4.
Jornal *O Jornal*, RJ, 23/3/1954, p. 2.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 21/2/1951, p. 2.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 10/12/1952, p. 1.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 10/12/1952, p. 3.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 12/12/1952, p. 1.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 13/12/1952, p. 6.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 21/12/1952, p. 1.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 25/3/1953, p. 6.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 15/4/1953, p. 6.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 2/10/1953, p. 6.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 25/10/1953, p. 6.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 23/12/1953, p. 1.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 20/2/1954, p. 1.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 4/5/1954, p. 6.
Jornal *Imprensa Popular*, RJ, 11/3/1955, p. 6.
Jornal *Tribuna da Imprensa*, RJ, 18/9/1952, p. 7.
Jornal *Tribuna da Imprensa*, RJ, 10/12/1952, p. 1.
Jornal *Tribuna da Imprensa*, RJ, 16/12/1952, p. 1.
Jornal *Tribuna da Imprensa*, RJ, 18/12/1952, p. 1.
Jornal *Tribuna da Imprensa*, RJ, 23/10/1953, p. 12.
Jornal *Tribuna da Imprensa*, RJ, 22/3/1954, p. 9.
Jornal *Tribuna da Imprensa*, RJ, 29/9/1954, p. 2.
Jornal *Última Hora*, RJ, 11/12/1952, p. 1.
Jornal *Última Hora*, RJ, 12/2/1954, p. 2.
Jornal *Última Hora*, RJ, 26/3/1954, p. 12.
Jornal *Última Hora*, RJ, 28/9/1954, p. 2.
Jornal *Última Hora*, RJ, 30/6/1953, p. 1.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 262-272.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas*. Niterói: UFF, 2012.

CRUZ, Heloísa de Faria; & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, dez. 2007, pp. 253-270.

DARNTON, Robert; & ROCHE, Daniel. *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 301-342.

FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 97-126.

LINS, Artur Silva. *Imprensa e trabalhadores no Rio de Janeiro: greves, luta sindical e política (1950-1954)*. Dissertação de Mestrado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2021.

_____. Urge uma reação contra a esquerda: a intervenção da imprensa na reorganização do movimento sindical no Rio de Janeiro (1950-1954). *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 6, nº II, julho–dezembro 2021, p. 202-222.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. (et. al.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

NEGRO, Antônio Luigi; & SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 47-96.

NETO, Murilo Leal Pereira. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”*: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese de Doutorado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Polícia política e caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Faperj, 2004, p. 161-199.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos, comunistas e sindicatos*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.